

EMERGÊNCIA E INOVAÇÃO NA LÍNGUA: EXPLORANDO O PARADIGMA FUNCIONAL DA GRAMATICALIZAÇÃO

Raquel Meister Ko Freitag*

RESUMO:

O “paradigma funcional da gramaticalização”, ou “teoria da gramaticalização”, é uma perspectiva dentro dos estudos linguísticos que lida com o processo pelo qual itens se tornam mais gramaticais no decorrer do tempo, ou como “abordagem/paradigma”, tratando de como as formas e construções gramaticais surgem, como são usadas e como modelam a língua. Os estudos desta natureza ganharam espaço na literatura linguística a partir da década de 1970, explodindo na década de 1990. Neste texto, são apresentados os conceitos de gramaticalização na perspectiva do paradigma funcional da gramaticalização, discutidas as críticas aos conceitos e suas réplicas, e analisados alguns rumos possíveis para os quais vêm se encaminhando os estudos.

PALAVRAS-CHAVE: Emergência. Gramática. Gramaticalização. Inovação. Paradigma funcional.

Introdução

A mudança linguística é um fato perceptível a todo instante. Se a língua muda, a gramática também muda. E se a língua está em constante mudança, é pertinente pensar em uma gramática que nunca está acabada, está sempre em processo de mudança porque a língua está em uso. Novas formas emergem, velhas formas assumem novas funções, e assim a gramática vai se moldando, se estruturando. Podemos assumir que não existe uma gramática, e sim “gramaticalização”, o processo em direção à gramática (HOPPER, 1987). A todo o momento, a língua é usada, novas estruturas emergem, se rotinizam, entram para a gramática.

Este texto trata de uma perspectiva funcional da gramaticalização, baseada em uma concepção funcionalista da linguagem.¹ Existem muitos funcionalismos (NEVES, 1997), porém o que norteia essa análise é a visão de Talmy Givón (2001; 2002). A língua, na visão de Givón, é vista como um produto da adaptação biológica nas funções de representação e comunicação do conhecimento, e a gramática é, ao mesmo tempo, “resultado” e “processo”. Resultado porque, em um recorte temporal (ou *corpus*), uma gramática pode ser determinada. Processo porque o uso faz com que a gramática agilize e automatize as relações comunicativas mediadas pelo contexto: assim, quanto mais frequentemente

* Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da Universidade Federal de Sergipe.

¹ Este texto não tem a pretensão de ser um tratado sobre gramaticalização; há muito bons, inclusive em português (GONÇALVES et al., 2007). Também não pretende ser o resumo desses tratados. Apresenta um retrospecto dos estudos de gramaticalização, mais especificamente do paradigma funcional da gramaticalização, delineando os caminhos de pesquisa trilhados.

rotinizada uma relação comunicativa, presumivelmente mais relevante ela é, e, por isso, mais tende a ser gramaticalizada, na forma de uma implicatura convencional ou categoria gramatical.

É do francês Antoine Lavoisier a máxima “Na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. Na língua, temos uma aplicação dessa máxima: Nada se cria, nada se perde, tudo se gramaticaliza.

Os estudos de gramaticalização

“Gramaticalização” é um termo cunhado originalmente pelo gramático comparativista Antoine Meillet, no início do século passado, para explicar a formação de novas palavras em uma língua: por analogia ou por “gramaticalização”, ou seja, a atribuição de característica gramatical a uma palavra anteriormente autônoma (MEILLET, 1965, p. 130-131). Existem outras acepções para gramaticalização. Diz-se que uma estrutura é “gramaticalizada” em uma língua quando se torna fixa e obrigatória. No inglês, por exemplo, a ordem SVO; no francês, o preenchimento obrigatório da posição de sujeito. Quando um determinado significado é expresso por um elemento gramatical, diz-se que ele é “gramaticalizado” na língua; a noção de tempo é gramaticalizada nas línguas como tempo verbal. A acepção meilletiana, por sua vez, pode ser compreendida como o processo pelo qual itens se tornam mais gramaticais no decorrer do tempo, ou como “abordagem/paradigma”, tratando de como as formas e construções gramaticais surgem, como são usadas e como modelam a língua, conforme apontam Hopper e Traugott (1993, p. 1-2). Esse sentido de gramaticalização é também denominado “paradigma funcional da gramaticalização”² ou “teoria da gramaticalização”, e aborda questões como fronteiras entre categorias; a interdependência entre estrutura e uso, o que é fixo e menos fixo na língua. Evidencia a tensão entre a estrutura lexical, relativamente livre, e a estrutura sintática, morfossintática e morfológica, mais restrita. Estudos desta natureza ganharam espaço na literatura linguística a partir da década de 1970, explodindo na década de 1990.³

As seções a seguir são destinadas à apresentação e discussão dos conceitos de gramaticalização na perspectiva do paradigma funcional da gramaticalização; das críticas aos conceitos e suas réplicas; e dos rumos possíveis para os quais se encaminham os estudos.

² Nomenclatura proposta por Martelotta et al. (1996).

³ No rol das acepções de gramaticalização não estão incluídos os estudos de gramaticalização na perspectiva formal, como Roberts e Roussou (2003), que tomam gramaticalização como a reanálise de material lexical em material gramatical.

O paradigma funcional da gramaticalização

A gramaticalização, como proposta por Meillet (1965, p. 131), refere-se à passagem de uma palavra autônoma ao papel de elemento gramatical. Por exemplo, *suis* (1ª pessoa do presente do verbo *être*, no francês), é uma palavra autônoma em uma frase como *Je suis celui qui suis*. Em uma frase como *Je suis chez moi*, é uma palavra relativamente autônoma. Já em *Je suis malade* ou *Je suis maudit*, *suis* é quase um elemento gramatical. E, em *Je suis parti* ou *Je suis allé*, *suis* não é mais 1ª pessoa do presente do verbo *être*, mas sim uma parte constituinte do *passé composé*. A forma, em todos os casos, é a mesma, mas as funções e o grau de abstração são diferentes. Esta é uma das concepções de gramaticalização dentro do paradigma funcional da gramaticalização.

O termo “gramaticalização” tem em sua raiz outro termo, igualmente controverso: “gramática”. Há tantas acepções de gramaticalização quantas houver de gramática. Antes de apresentar um conceito de gramaticalização, o adequado seria apresentar o conceito de gramática que está subjacente. Porém, raros conceitos de gramaticalização incorporam explicitamente uma concepção de gramática, que parece, normalmente, ser tácita e subentendida. Vejam-se algumas concepções de gramaticalização: (i) para Heine, Claudi e Hünemeyer (1991, p. 2) há gramaticalização quando uma unidade ou estrutura lexical assume uma função gramatical, ou quando uma unidade gramatical assume uma função mais gramatical; (ii) Hopper e Traugott (1993, p. xv) consideram a gramaticalização como o processo por meio do qual itens e construções lexicais em certo contexto linguístico desempenham funções gramaticais, e uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais; (iii) para Traugott e Heine (1991, p. 4), gramaticalização é um tipo de mudança linguística, sujeita a certos processos gerais e mecanismos de mudanças e caracterizada por determinadas consequências, como a mudança na gramática; e, (iv) de acordo com Bybee e Hopper (2000, p. 13) a gramaticalização é o mecanismo pelo qual as estruturas emergem a partir da língua em uso.

É comum às definições a noção de “processo” e “mudança de estado da gramática”, mas sem muitas especificações sobre o que é a gramática, ou as gramáticas, já que há mudança. A última concepção, de Bybee e Hopper, faz alusão à gramática emergente (HOPPER, 1987); não há gramática, mas gramaticalização, ou seja, “movimento em direção à gramática”, que nunca chega a se completar. Este “movimento em direção à gramática” é unidirecional. Sobre a unidirecionalidade, Traugott e Heine (1991) apontam que, se tomada da perspectiva diacrônica, é possível postular um contínuo de unidirecionalidade na gramaticalização; é possível estabelecer, para determinado item, uma trajetória cujas instâncias de mudança são limitadas por um número de estruturas que são minimamente diferentes das anteriores.

A unidirecionalidade da gramaticalização se dá tanto em termos de trajetória de abstração (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991), como em termos de delimitação de fronteira: *item lexical*

> *morfema; discurso* > *morfossintaxe*. O movimento em direção à gramática não se dá por si só; atuam alguns mecanismos de mudança linguística tais como a metáfora (e analogia) e a metonímia (e reanálise), detalhados na sequência.

As mudanças decorrentes da gramaticalização se dão no plano da forma e do sentido e ocorrem, normalmente, lado a lado (mas não necessariamente pode haver mudança formal desacompanhada de mudança no sentido, bem como mudança de sentido sem mudança formal). O caso do sufixo *-mente* nas línguas românicas costuma ser elencado como exemplo de gramaticalização com mudanças formais e de sentido (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. 130-135; FISCHER; ROSENBAACH, 2000, p. 14-15). Observe-se:

(i) *clara mente*

(ii) *claramente, lentamente*

(iii) *clara e lentamente*

Em (i), no latim, o nome feminino *mens*, (ablativo *mente*) é usado junto a adjetivos para expressar o estado da mente de um ser (*clara mente* = “mente clara”, estado psicológico). Em (ii), já nas línguas românicas, *-mente* perde seu estatuto de palavra autônoma, funcionando como um sufixo adverbial, com uso generalizado a outros adjetivos, não necessariamente relativos a estados da mente (*lentamente* não significa “mente lenta”). Porém, o sufixo adverbial ainda retém traços da forma livre autônoma, quando combinado a dois adjetivos, *-mente* ocorre somente uma vez, como ilustra (iii).

A transição de *mente* palavra autônoma a *-mente* sufixo formador de advérbios é resultado da atuação de mecanismos de natureza metafórica e metonímica, que atuam não só na gramaticalização, mas em qualquer mudança semântica.

A metáfora é um tipo de mudança por meio da qual uma palavra utilizada para um ser/conceito particular passa a ser usada para outro ser/conceito devido a similaridades entre os dois seres/conceitos. Heine, Claudi, Hünemeyer (1991) destacam o papel da metáfora na gramaticalização. A partir de certo número de “conceitos origem” – estruturas cognitivas básicas que funcionam como referenciais concretos para a orientação humana – são desenvolvidos conceitos “menos concretos”. O desenvolvimento de novas estruturas gramaticais é motivado pela necessidade comunicativa não realizada ou pela presença de conteúdos cognitivos que não têm designação linguística adequada. Gramaticalização, nesse sentido, é um “processo de solução de problemas”. O processo de gramaticalização é estruturado metaforicamente e pode ser descrito em termos de poucas categorias básicas: *pessoa* > *objeto* > *processo* > *espaço* > *tempo* > *qualidade* (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991, p. 157). O corpo humano, por exemplo, é conceito-origem para muitos conceitos “menos concretos”: pé da mesa, costas da cadeira, etc.

No plano sintático, a mudança metafórica costuma ser associada à “analogia”. A analogia atua no eixo paradigmático, responsável pela redução de exceções à regra, nivelando o paradigma de acordo

com a regra mais produtiva. Um exemplo clássico de analogia é a regularização do plural no inglês (os plurais irregulares em *-e*, *-u*, *-a*, *-an*, e *zero* foram substituídos por *-(e)s* [FISCHER; ROSENBACH, 2000, p. 16]). Por analogia também se explica a generalização do uso do sufixo adverbial *-mente* a outros adjetivos.

A mudança metonímica também é implementada por meio de associação, mas ao contrário da metafórica, que associa por similaridade, a associação metonímica dá-se por contiguidade. Na metonímia, um termo do mesmo campo semântico é elencado na associação: “imprensa” por “jornal”, “Palácio do Planalto” por “presidente do Brasil”. No plano sintático, a mudança metonímica está associada à “reanálise”. A reanálise provoca mudanças na estrutura de uma expressão ou da classe de uma expressão, sem envolver mudança imediata ou intrínseca na manifestação superficial. O tipo de reanálise mais frequente nos fenômenos de gramaticalização é a fusão: encadeamento de duas ou mais formas, como na composição, em que ocorre o reordenamento das fronteiras. No caso do sufixo *-mente*: *clara mente* > *claramente*.

É importante ressaltar novamente que a reanálise, assim como a analogia, não é mecanismo de mudança exclusivo da gramaticalização. Pode ocorrer gramaticalização sem reanálise assim como reanálise sem gramaticalização. Por exemplo, “girassol” é um caso de reanálise por fusão, em que ocorre a mudança de fronteiras [*gira*] [*sol*] > [*girassol*], mas não é um caso de gramaticalização; *-sol* não foi reanalisado como um morfema gramatical, e nem parece destinado a sê-lo (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. 48-56).

Frequentemente, a reanálise e a analogia atuam em conjunto, de modo complementar, nos casos de gramaticalização. Hopper e Traugott (1993) ilustram a atuação conjunta da reanálise e da analogia com o caso de gramaticalização de *be going to*, no inglês (figura 1); o processo é semelhante ao da gramaticalização de *ir* + *Vinfinitivo* como marca de futuro, no português.

No eixo sintagmático, a construção formada pelo verbo auxiliar *be* e progressivo, em verbos direcionais, seguido por oração de finalidade (estágio 1), é reanalisada como uma única estrutura [*be going to*], funcionando como auxiliar de futuro, restrito aos verbos que têm o traço de direcionalidade e movimento, agrupados sob o rótulo de atividade. No eixo paradigmático, por analogia, o auxiliar de futuro é generalizado aos demais tipos de verbo, inclusive aos que não têm traço de movimento, como os estativos.⁴ A nova forma se insere no paradigma temporal de expressão de futuro, uma variante para *will*, no inglês, ou futuro do pretérito, no português.

⁴ No português, a evidência mais forte da generalização do auxiliar de futuro *ir* + *Vinf* é a coocorrência com o verbo pleno *ir*, como em *vamos ir*.

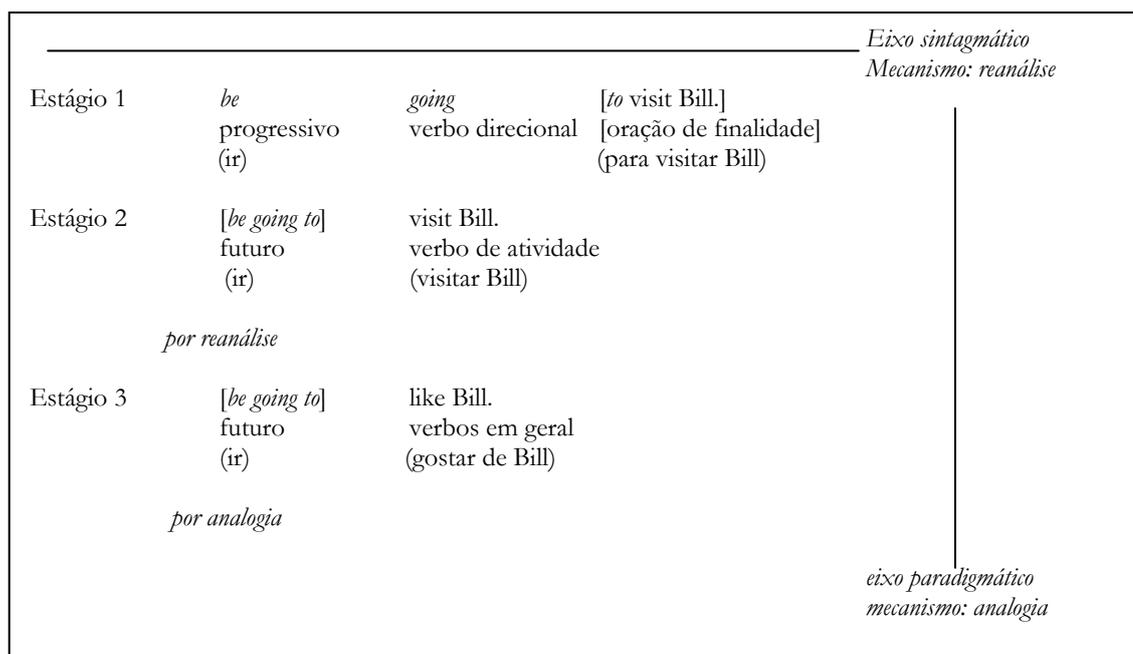


Figura 1: gramaticalização da construção *be going to* e *ir + Vinf* como marca de futuro
Fonte: (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. 61).

Reanálise e analogia fazem com que a mudança seja possível, mas nenhum está restrito à gramaticalização e todos são independentes da unidirecionalidade (TRAUGOTT; HEINE, 1991, p. 7).

O papel da frequência de uso

Meillet (1965) já salientava o papel da repetição na evolução das formas gramaticais, que direcionava a habitualização: (i) a cada vez que um item linguístico é empregado, seu valor expressivo diminui; e (ii) uma palavra não é entendida duas vezes com a mesma intensidade. Porém, dos estudos pioneiros até o final da década de 1990, pouca atenção era dada à análise quantitativa dos fenômenos de gramaticalização. Inclusive as próprias definições de gramaticalização não previam o papel da repetição e do aumento da frequência de uso.

Bybee (2003b) aponta que a gramaticalização é sempre acompanhada pelo aumento da frequência de uso da construção, e que o aumento da frequência é, ao mesmo tempo, resultado do processo e colaborador do processo, já que a repetição tem determinados efeitos nas representações neuromotoras e cognitivas.

Para contemplar a frequência, Bybee (2003a) redefine gramaticalização como o processo pelo qual uma sequência de morfemas ou palavras frequentemente utilizada torna-se automatizada como uma única unidade no processamento. Bybee (2003a) argumenta que os morfemas gramaticais (*grams*) são mais frequentes se comparados aos morfemas lexicais, dos quais os *grams* são originados por gramaticalização. Esse aumento é devido à expansão dos contextos de uso dos *grams*. Nesse sentido, a

frequência não é somente resultado da gramaticalização, é também uma força ativa contribuinte a instigar as mudanças ocorridas na gramaticalização.

Assim, é necessário distinguir os dois tipos de frequência que podem ser identificados em uma língua: frequência *type* e frequência *token*. A frequência *token* é aquela de ocorrência de uma unidade, palavra ou morfema, em um texto corrido. Já a frequência *type* é a de dicionário de um padrão particular, tempo, afixo etc. De acordo com Bybee (2003a), uma propriedade de construções em processo de gramaticalização é o aumento da frequência *type* do coocorrendo com os itens lexicais que a originaram. Para ilustrar esta propriedade, tomo o processo de gramaticalização pelo qual passa o “acho (que)” (FREITAG, 2003): a frequência *token*, neste caso, é a recorrência do verbo “achar” em suas diferentes flexões – “achei”, “achava”, “achando”, “achou” –; já a frequência *type* é “acho”, muito mais recorrente, e que coocorre com as demais frequências *token* que a originaram. Outro ponto que Bybee (2003a) destaca refere-se à noção equivocada de gramaticalização. Não são itens lexicais que se gramaticalizam; são construções com itens lexicais particulares que se tornam gramaticalizadas, ou seja, deixam de ser combinações casuais para se tornarem regulares e fixas na gramática. É o caso da construção “*be going to*”, no inglês. A recorrência de *be going* em contextos de finalidade com complementos infinitivos (*I’m going to marry Bill*) possibilita a inferência pragmática de futuridade a partir da finalidade. A construção de finalidade *be going (to)* é reanalisada como auxiliar de futuridade *be going to*. (HOPPER; TRAUGOTT, 1993)

Na concepção de gramaticalização proposta por Bybee (2003a), a repetição tem papel fundamental no processo, pois uma sequência de morfemas ou palavras frequentemente usada torna-se automatizada como uma única unidade no processamento.

As consequências da repetição originam as propriedades que comumente são associadas à gramaticalização. Bybee (2003a) enumera: (i) a frequência de uso leva ao enfraquecimento semântico por habituação – processo pelo qual um organismo cessa de responder no mesmo nível a um estímulo repetido; (ii) mudanças fonológicas – redução e fusão de construções – que estão passando por gramaticalização são condicionadas pela sua frequência alta; (iii) o aumento da frequência condiciona um aumento da autonomia da construção, ou seja, os elementos que compõem a construção enfraquecem semanticamente ou perdem a sua associação com outros exemplos do mesmo item; (iv) a perda da transparência semântica de construções em gramaticalização leva à ampliação do contexto de uso, estendendo a possibilidade de novas associações pragmáticas; e (v) a autonomia de uma expressão frequente cristalizada na língua condiciona a preservação de características morfossintáticas obsoletas. A frequência de uso, nessa perspectiva, pode ser considerada como a desencadeadora de todo o processo, afetando a fonologia e a semântica por promover mudança, e também a morfossintaxe, por assegurar a preservação de uma forma anterior.

As mudanças fonológicas que ocorrem em construções que estão passando por gramaticalização, como a fusão e a redução, são impulsionadas pela sua alta frequência de uso. Morfemas ou construções com alta frequência de uso sofrem mudança de som a uma velocidade mais rápida do que palavras ou construções com baixa frequência de uso. Uma possível explicação é que a segunda repetição é significativamente mais curta do que a primeira. (FOWLER; HOUSUN, 1987 apud BYBEE, 2003a).

A perda da clareza semântica das construções que estão passando por gramaticalização leva à ampliação do seu contexto de uso. Um dos mecanismos mais atuantes no processo de gramaticalização é o esbranqueamento semântico ou generalização, por meio do qual características específicas do sentido vão sendo perdidas.

A autonomia de uma expressão frequente cristalizada na língua condiciona a preservação de características morfossintáticas obsoletas (é o caso de “tomara”, por exemplo, uma palavra que é classificada hoje como “interjeição”, que tem fossilizada a marca temporal de pretérito mais que perfeito, resquício da sua origem verbal).

Pode parecer contraditório que a repetição motive inovações em um campo e conservadorismo em outro. Bybee (2003a) salienta que esse paradoxo também é encontrado na difusão lexical fonética *vs.* morfofonêmica. As propriedades de sentido e forma fonética de palavras ou construções que passam por gramaticalização são reduzidas, devido ao uso. E, em contraste, as propriedades estruturais tendem a se conservar.

Seguindo a tendência, alguns estudos enfatizam que a gramaticalização é um processo de automatização de seqüências de elementos linguísticos que ocorrem frequentemente (HAIMAN, 1994 apud BYBEE, 2003a). Com a repetição, seqüências de unidades que são independentes podem ser processadas como uma única unidade, formando um bloco único de informação. Este “reempacotamento” da informação tem duas conseqüências: (i) a identidade dos componentes individuais é gradualmente perdida (esvaziamento semântico); e (ii) o bloco único de informação tende a reduzir sua forma (redução fonética). A repetição de construções em gramaticalização leva à habitualização. Automatização e habitualização estão presentes em todas as línguas e em todos os tempos; ou seja, eles são universalmente presentes quando pessoas usam uma língua.

A frequência de uso, sem dúvida, desempenha papel na gramaticalização. Porém, é necessário distinguir a frequência de uso como “fator” de mudança da frequência como “indicador” de mudança (FISCHER; ROSENBAACH, 2000). É preciso considerar que a frequência pode não ser uma pré-condição para a mudança, mas uma mera conseqüência da mudança. Por exemplo, se um item lexical torna-se um item funcional, é óbvio que será mais frequente, pois itens funcionais são, por definição, muito mais recorrentes do que itens lexicais. O aumento da frequência de itens lexicais pode ter várias causas, algumas em nada relacionadas com gramaticalização. Por exemplo, Mair (2004, p. 125) ilustra que, com o aumento da visibilidade das mulheres na esfera pública nas sociedades industrializadas do

Ocidente, pronomes femininos têm incremento na frequência em *corpora* escritos que recobrem o período temporal que sucede a Revolução Industrial, sem que isso signifique “gramaticalização” dos pronomes femininos. Afinal, qual é o papel da frequência? Mair (2004) sugere que a gramaticalização e o incremento na frequência devem andar lado a lado. Por hipótese, o aumento da frequência deve acompanhar a gradualidade de abstração do processo.

Diagnosticando a gramaticalização

Dado que os mecanismos de mudança atuantes na gramaticalização podem também atuar em outros tipos de mudança que não a gramaticalização, cabe questionar então como diferenciar essas atuações da gramaticalização propriamente⁵. Hopper (1991) propõe cinco princípios para a caracterização de um processo inicial de gramaticalização:

Estratificação: dentro de um domínio funcional, novas camadas emergem continuamente. Quando isso acontece, as camadas velhas não são necessariamente descartadas, mas podem coexistir e interagir com as camadas novas.

Divergência: quando uma forma lexical se gramaticaliza em clítico ou afixo, a forma lexical original permanece autônoma e suscetível a sofrer as mesmas mudanças que os itens lexicais comuns.

Especialização: dentro de um domínio funcional, em um estágio, é possível coexistir uma variedade de formas com diferentes nuances semânticas. Com a gramaticalização, a possibilidade de escolha diminui e um número menor de formas assume sentidos gramaticais mais gerais.

Persistência: quando uma forma sofre gramaticalização passando de lexical a gramatical, alguns traços de seu sentido lexical original tendem a continuar, e detalhes da sua história lexical podem se refletir no condicionamento da sua distribuição gramatical.

Decategorização: a gramaticalização sempre envolve a perda de categoria e prossegue na seguinte direção: nome e verbo > outra categoria, não o contrário (HOPPER 1991, p. 22-23).

Os princípios de Hopper sugerem que, com o surgimento de novas camadas dentro de um domínio funcional, as camadas (ou formas) velhas não são necessariamente descartadas, podem coexistir e interagir com as camadas novas, que retêm vestígios de um sentido lexical antigo. A forma lexical original permanece autônoma e sofre as mesmas mudanças que outros itens lexicais. E o morfema ou a construção que sofre gramaticalização migra de uma categoria menos gramatical para outra, mais gramatical. Hopper ressalta que esses princípios são gerais e aplicáveis a “qualquer processo de mudança linguística”, e não exclusivamente à gramaticalização.

⁵ Há outros “diagnósticos” para a gramaticalização. Heine e Reh (1984 apud HEINE, CLAUDI, HÜNNEMEYER, 1991), ao analisar línguas africanas, constatam que, quanto mais gramaticalizada uma forma, (a) menor complexidade semântica, significância funcional e/ou valor expressivo; (b) menor valor pragmático e maior valor sintático; (c) mais reduzido o número de elementos pertencentes ao mesmo paradigma sintático; (d) menor mobilidade sintática; (e) mais seu uso torna-se obrigatório em alguns contextos e agramatical em outros; (f) maior coalescência semântica, morfossintática e fonética com outras unidades; e (g) maior perda de massa fônica. Lehmann (2002) propõe seis parâmetros para medir o grau de gramaticalização de uma forma – “integridade”, “paradigmaticidade”, “variabilidade paradigmática”, “escopo”, “vinculação”, e “variabilidade sintagmática” – que estão relacionados à atuação dos mecanismos de mudança.

Desconstruindo a gramaticalização

Em 2001, uma série de artigos publicados na revista *Language Sciences*, n. 23, coloca em xeque o paradigma funcional da gramaticalização, apontando fortes argumentos de que a gramaticalização não tem estatuto por si só, tratando-se na verdade de um “epifenômeno” – um rótulo para a conjunção de certos tipos de mudanças linguísticas que podem ocorrer independentemente. A gramaticalização não teria estatuto por si só, pois envolve outros tipos de mudança que são conhecidos e não são limitados à gramaticalização, como mudanças fonética e semântica e a reanálise. (Cabe ressaltar, de antemão, que a independência destes mecanismos/tipos de mudança é evidenciada por vários estudos, como Traugott e Heine [1991], etc.).

A continuidade e a unidirecionalidade do processo também são questionáveis, segundo as críticas publicadas na revista *Language Sciences*. A seguir, são explorados estes três pontos frágeis do paradigma funcional da gramaticalização, conforme a argumentação da crítica.

A continuidade

A continuidade é uma característica da gramaticalização, como pode ser observado nas definições de Hopper e Traugott (1991) e Bybee e Hopper (2000).⁶ Janda (2001) aponta que, ironicamente, Meillet, o pioneiro no estudo da gramaticalização, já evidenciava o caráter descontínuo da transmissão linguística. Meillet (1965) argumenta que a criança não recebe a língua pronta, precisa recriá-la; e, recriando-a, ignora a “história da língua”.⁷ Newmeyer (2001) argumenta que crianças não nascem com memória de especificidades das formas linguísticas que ouvem ou irão ouvir. Por exemplo, não têm nenhum conhecimento sobre a história de um dado clítico da sua gramática, se ele já foi uma palavra autônoma ou se foi um afixo. A criança tem autonomia para recriar a língua na sua gramática, de acordo com o que ouve ao seu redor.

Janda também cita Manly (1930), que argumenta que não existem sucessões geracionais, mas sucessões de nascimentos. Cada criança, durante o período de formação de seu vernáculo, está exposta

⁶ A definição de Hopper e Traugott (1993, p. xv), por exemplo, toma a gramaticalização como o processo por meio do qual itens e construções lexicais, em certo contexto linguístico, desempenham funções gramaticais, “e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais”; uma forma, depois de gramaticalizada, está destinada a seguir se gramaticalizando, *ad infinitum*. A crítica leva Traugott (2001) a reformular a sua definição de gramaticalização, como será visto a seguir.

⁷ É frequente dizer que a análise sincrônica deve ignorar a história, já que as crianças aprendem a sua língua sem referência à história passada da língua. Labov (1980, p. xvii) sugere que este problema pode ser visto de outro modo: as crianças estão em um ponto de vista perfeito de historiador da língua. Elas adquirem uma boa parte da história passada da língua, não em termos de categorias qualitativas, mas na estrutura detalhada das relações quantitativas que governam o uso das categorias qualitativas. Ou seja, as crianças não assimilam todo o percurso de mudança de uma forma/função, mas assimilam a distribuição quantitativa relativa às instâncias do percurso.

à influência do vernáculo de crianças ligeiramente mais velhas, e a influência destas crianças é muito mais significativa do que a de adultos. Este argumento é enfatizado por Weinreich, Labov e Herzog (2006), que salientam a reestruturação da língua de cada criança de acordo com seus pares durante todo o período de pré-adolescência. A mudança linguística é, pois, temporal e transindividual, e, por isso, descontínua.

Segundo Janda (2001), a ideia de que a gramaticalização é um fenômeno contínuo decorre, especialmente, das descrições dos linguistas históricos, que analisam a língua em termos de morfemas, palavras, orações. A aparente continuidade dá-se pela repetição das unidades na sucessão temporal. Esta prática está refletida em estudos de gramaticalização: os morfemas são entidades à parte de falantes, existem por si só, têm vida própria, uma trajetória. Enfim, gramaticalizam-se. São poucos os estudos que consideram a natureza humana da mudança. Morfemas são usados por falantes, não podem existir por si só, não podem se gramaticalizar. Janda (2001) também sugere a consideração de fatores sociolinguísticos no estudo de fenômenos ditos como gramaticalização.

A unidirecionalidade

Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991) destacam que às noções de gramaticalização é comum a ideia de gramaticalização como processo, sincrônico ou diacrônico; atuante no nível morfológico, e, principalmente, “unidirecional”. A unidirecionalidade da gramaticalização, de acordo com os críticos, é quebrada por contraexemplos bastante recorrentes.⁸

Campbell (2001, p. 127-128) enumera vários casos de gramaticalização que depõe contra a unidirecionalidade da mudança: (a) no estoniano, o marcador de pergunta *-s*, de morfema passa a palavra livre *es*; (b) no ilokano, o morfema de futuro *to* passa a marcador discursivo *nto*, solicitando aquiescência do interlocutor para uma pergunta a respeito de ação futura.

No inglês, é muito recorrente o padrão *preposição > verbo, substantivo, adjetivo*. A preposição *down* origina o verbo *to down – they downed on* – em esportes, eventos; o nome *a down* (no futebol, o ato de computar uma falta); e o adjetivo *down* – como em *down time, down side*. Semelhantemente, no português, a preposição “contra” origina o adjetivo “contra”, em “ele é contra”. Para Campbell (2001), o contínuo *léxico > gramática* é quebrado, e não há gramaticalização.⁹

⁸ Hopper e Traugott (1993, p. 126) afirmam que, apesar de haver exaustivas evidências da unidirecionalidade, não se pode considerá-la como um princípio absoluto, pois alguns contraexemplos existem, embora relativamente infrequentes. Hopper e Traugott (p. 49) citam os casos envolvendo lexicalização (definida como o processo pelo qual uma forma não lexical como *up* torna-se um item lexical referencialmente pleno de preposições no inglês e em outras línguas).

⁹ Traugott (2001) argumenta que, nestes casos, o que ocorre não é gramaticalização, mas sim lexicalização, um processo ainda pouco estudado e pouco sistematizado. Existe pouco consenso do que seja a lexicalização, apenas que é um processo que considera um tipo de codificação de material linguístico, diferente de um processo regular de formação de palavra (WISCHER, 2000, p. 358).

Janda (2001, p. 293) argumenta que o número de contraexemplos supera o limite tolerado pela literatura linguística corrente (cerca de 30% a 25% dos casos relevantes), reforçando a necessidade de se rever a hipótese da unidirecionalidade.

A epifenomenalidade

Newmeyer (2001) discute a visão de gramaticalização não como um processo, mas como o “resultado de outros processos”. A gramaticalização, nesse sentido, é um “epifenômeno”: um rótulo para a conjunção de certos tipos de mudanças linguísticas que podem ocorrer independentemente. Esta visão é alimentada por argumentos de Traugott e Heine (1991, p. 7), por exemplo, ao ressaltar que os processos de natureza metafórica e metonímica fazem com que a mudança por gramaticalização seja possível, mas não são restrito-exclusivos da gramaticalização. Certos processos cognitivos, particularmente a tendência humana de construir noções abstratas a partir de noções concretas por meio de metáforas, também são universais e unidirecionais, mas isso não significa que toda metáfora é gramaticalização. Os conceitos de gramaticalização não lidam adequadamente com as fronteiras do que seja um processo de mudança metafórico/metonímico ou gramaticalização.

Newmeyer (2001) evidencia a independência dos processos componentes da gramaticalização. A ideia de gramaticalização como um processo deriva da noção de estágios/instâncias de gramaticalização, apontada por muitos estudos. Tais instanciações são estabelecidas devido à ordenação temporal das mudanças. Givón (1995) aponta que as mudanças conceituais precedem as mudanças sintáticas. Já Hopper e Traugott (1993) apontam que mudanças de sentido são acompanhadas de mudanças sintáticas. Newmeyer (2001) apresenta evidências de que há casos em que a mudança semântica precede a sintática, outros casos em que as mudanças semântica e sintática ocorrem lado a lado e, ainda, casos em que a mudança sintática precede a mudança semântica. As mudanças fonéticas também não são necessariamente decorrentes da gramaticalização, alguns muitos casos são simples mudanças fonológicas regulares, que podem ocorrer em qualquer língua e a qualquer tempo. Na visão de Newmeyer, o que vem sendo denominado gramaticalização, na verdade, é o resultado da atuação de diferentes processos de mudança, o epifenômeno “gramaticalização” (cf. figura 2).

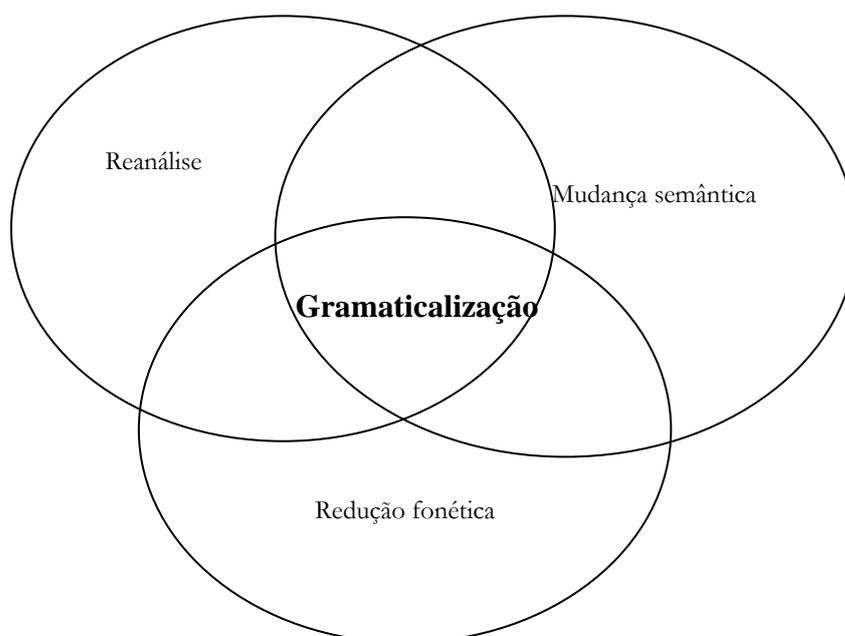


Figura 2: Gramaticalização como epifenômeno
Fonte: (NEWMAYER, 2001, p. 202).

Caminhos

Em resposta às críticas publicadas na revista *Language Sciences*, n. 23, Traugott (2001) propõe, inicialmente, uma revisão do conceito de gramaticalização, de modo a complementar e revisar os principais pontos fracos apontados.¹⁰ Gramaticalização é um tipo de mudança na qual itens lexicais e construções desempenham, em determinados contextos linguísticos, funções gramaticais, ou itens gramaticais desenvolvem novas funções gramaticais. O êxito deste conceito depende de uma discussão/definição do que seja “item lexical”, “construção” e “função gramatical: item lexical” – unidades de uma língua específica que são tipicamente raízes e afixos (frequentemente, mas nem sempre, unidades independentes, classes abertas); “construções” – unidades básicas de uma língua específica por meio das quais as orações são construídas, incluindo classes gramaticais abertas e fechadas, como preposição e auxiliares; “função gramatical” – itens de classe gramatical relativamente fechada, como SUJ, OBJ, T, Asp, C, por meio dos quais compreendemos que faz o que, para quem, quando, qual o ato declarativo e o estatuto informacional.

O conceito de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991, p. 2) interpõe um grande problema, que é definir o que é “mais gramatical”: “Gramaticalização [...] quando uma unidade ou estrutura lexical assume uma função gramatical, ou quando uma unidade gramatical assume uma função mais

¹⁰ Cabe aqui fazer uma reflexão sobre o papel da crítica publicada na revista *Language Sciences*, n. 23. Traugott (2001) reafirma sua crença na hipótese de gramaticalização como uma tendência forte para a explicação de fenômenos de mudança linguística. A crítica não conseguiu refutar a hipótese; na verdade, acho que funcionou como um soprão na brasa, atizando a discussão e a reflexão. Afinal, o que estamos tratando como gramaticalização?

gramatical”. O conceito proposto por Traugott (2001) contrasta com o apresentado por Hopper e Traugott (1993). “Gramaticalização: o processo por meio do qual itens e construções lexicais, em certo contexto linguístico, desempenham funções gramaticais, e uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais” (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. xv)

O conceito de Hopper e Traugott (1993) inclui a noção de “processo”, não incluída no conceito de Traugott (2001). O conceito de Hopper e Traugott (1993) também implica a continuidade do desenvolvimento de funções gramaticais, pressupondo uma gramaticalização anterior, que é eliminada no conceito de Traugott (2001). Observe-se que o novo conceito proposto por Traugott (2001) também não incorpora a noção de unidirecionalidade,¹¹ livrando da ciclicidade/circularidade do processo.

Sobre a existência de contraexemplos, Lass (2000) defende que, se a gramaticalização for considerada como uma teoria forte, permitindo explicitar predições como possibilidade de falha, os contraexemplos podem contribuir e ajudar a modificar a teoria, pois devem ser explicáveis. Já, por outro lado, se a gramaticalização for tomada como uma teoria fraca, apenas baseada em generalizações indutivas, por mera observação, os contraexemplos não são considerados, apenas os dados positivos.

Os estudos de gramaticalização pós-críticas estão mais cuidadosos com as generalizações e com as definições, dispensando mais atenção aos contraexemplos, e buscando as motivações exteriores para as mudanças internas. A sugestão de Janda (2001) de buscar motivações sociolinguísticas para a gramaticalização tem sido incluída nas investigações. Porém, restam muitas questões a respeito da natureza da gramaticalização. Qual o papel do falante? A gramaticalização é a causa da mudança ou a consequência de outros processos (a gramaticalização é um epifenômeno)? Se for epifenômeno, como explicar as trajetórias recorrentes nos casos conhecidos como gramaticalização? A unidirecionalidade é um princípio de uma teoria de gramaticalização? Ou é consequência casuística do epifenômeno gramaticalização? Tais questões vêm sendo abordadas pelos estudos mais recentes (FISCHER, 2000; WISCHER, 2000) e ainda rendem muita discussão.

Os conceitos de gramaticalização podem ser divididos em duas perspectivas: gramaticalização/“processo”, enfatizado pelos tradicionais estudos de Hopper e Traugott (1993), Heine, Claudi e Hünnemeyer, (1991a,b), e gramaticalização/“epifenômeno”, proposto por Newmeyer

¹¹ Roncarati (2003, p. 159) sintetiza a polêmica da unidirecionalidade na gramaticalização com o seguinte questionamento: quanto crucial é o princípio da unidirecionalidade para a gramaticalização? Há duas hipóteses para a questão: ou a unidirecionalidade é uma propriedade empírica ou é uma propriedade definidora de gramaticalização. Assumindo a definição de gramaticalização como mudança *léxico* > *gramática*, ou *menos gramatical* > *mais gramatical*, não existirão jamais contraexemplos à unidirecionalidade, pois a definição barra qualquer mudança que não seja no sentido *léxico* > *gramática*, ou *menos gramatical* > *mais gramatical*. Mudanças que não seguem a trajetória *léxico* > *gramática*, ou *menos gramatical* > *mais gramatical* são automaticamente excluídas do escopo analítico do paradigma funcional da gramaticalização e, nessa concepção, a hipótese da unidirecionalidade é uma propriedade inerente à gramaticalização. Já se a unidirecionalidade é considerada como uma propriedade definidora de gramaticalização, um caso de mudança que não segue a trajetória *léxico* > *gramática*, ou *menos gramatical* > *mais gramatical* não é um caso de gramaticalização, novamente por definição. Ao deixar de fora da definição de gramaticalização o termo unidirecionalidade, Traugott (2001) descompromete-se da polêmica.

(2001). Nevalainen (2004), porém, aponta três perspectivas nos estudos de gramaticalização: (i) léxico-gramática; (ii) *corpus*; (iii) sociolinguística histórica. O termo “perspectivas” deve ser entendido como “ângulo”. Um fenômeno pode ser visto sob as três perspectivas, todas complementares. O fenômeno que ilustra a argumentação é a adverbialização por *-ly* no inglês.

A unidirecionalidade da mudança, tanto sintática como semântica, é apontada como uma propriedade caracterizadora de gramaticalização. Itens lexicais passam a gramaticais. Mas, e quando não é possível determinar o estatuto do item? Nevalainen (2004) cita o caso em que não é possível determinar se os itens são advérbios ou adjetivos, como em “*The flowers smell sweet/sweetly*” e “*He felt bad/badly about*”. As gramáticas do inglês tratam tais casos como indeterminação do estatuto gramatical, pois em contextos em que ocorrem com determinados verbos, especificamente os de percepção, como *smell, feel, look*, entre outros, não há certeza se são advérbios ou adjetivos. Trata-se de indeterminação em certos padrões de complementação, não nos complementos propriamente.

Como tratar o fenômeno? Os estudos de gramaticalização na perspectiva que Nevalainen (2004) define como “léxico-gramática” delineariam as trajetórias de gramaticalização de *sweet* e de *sweetly* separadamente e comparariam os pontos de convergência que causa a ambiguidade nos contextos e que ocorrem como complementos de verbos de percepção.

A abordagem da linguística de *corpus* para o fenômeno permitiria ver em que medida o fenômeno é recorrente, fornecendo evidências quantitativas de dados linguísticos sobre o processo de gramaticalização. Porém, juntamente com as evidências linguísticas estão encaixadas evidências extralinguísticas. A abordagem sociolinguística da gramaticalização trata das motivações estilísticas e sociais que desencadeiam o fenômeno e revelam a complexidade externa dos processos de gramaticalização, em diferentes variedades linguísticas e gêneros discursivos.

Nevalainen (2004) aponta ainda que as duas últimas perspectivas têm recebido pouca atenção. Vale destacar, no entanto, que o uso de *corpora* sociolinguísticos para subsidiar o estudo de processos de gramaticalização tem sido bastante recorrente na perspectiva sociofuncionalista. O “sociofuncionalismo” é uma proposta de acoplamento de postulados da sociolinguística variacionista e dos estudos de gramaticalização. Embora existam vários estudos já desenvolvidos dentro desta proposta, é em Tavares (2003) que se encontram reflexões mais aprofundadas acerca desta perspectiva de estudo, discutindo os encaixes e desencaixes do acoplamento.

Resumidamente, na abordagem sociofuncionalista, as funções gramaticais são determinadas pelo uso dos falantes. A gramática é emergente¹², sujeita a constantes mudanças decorrentes do uso dos falantes. O enfoque da abordagem está nas relações entre funções e formas, decorrentes de pressões

¹² Para Hopper (1987), a gramática é emergente e por isso as estruturas linguísticas não podem ser aprioristicamente definidas, nem fixas. A estrutura da língua é moldada pelo discurso: assim, quanto mais utilizada uma construção, mais ela tende a se tornar estruturada. Estudos recentes compilados por Bybee e Hopper (2000) ressaltam a importância do papel da “frequência de uso” na formação daquilo que convencionamos chamar de “gramática”.

linguísticas e sociais, com destaque para a história e a coexistência de diferentes formas, situação de “estratificação/variação” (HOPPER, 1991). Existem “estágios de gramaticalização”, pressupondo que a estratificação/variação decorre do percurso de gramaticalização.

Um ponto ainda não bem resolvido na abordagem sociofuncionalista é a questão da frequência de uso. O estudo de fenômenos de variação/mudança linguística na perspectiva laboviana costuma estar pautados em resultados estatísticos, tanto que essa linha de pesquisa também é conhecida como sociolinguística quantitativa (TARALLO, 1985). Os estudos de gramaticalização que adotam a perspectiva sociofuncionalista deveriam também considerar a frequência para o estabelecimento de trajetórias diacrônicas. Muitos estudos de fenômenos ditos em gramaticalização que adotam a perspectiva sociofuncionalista se valem, inclusive, do modelo logístico da sociolinguística variacionista, que considera o peso relativo dos condicionadores. Porém, a frequência só é utilizada como fator explanatório para a fatia sincrônica, momento da variação. A questão a ser discutida é se uma ocorrência de uma dada função pode ser considerada indício de gramaticalização incipiente. O mesmo paralelo pode ser traçado com a sociolinguística. Uma ocorrência de uma variante não é indício de variação. O modelo estatístico não dá margem para essa generalização. Se o sociofuncionalismo pretende ser coerente, deve considerar a frequência da função, e não a ocorrência.

Estudos de gramaticalização fazem o caminho diacrônico da forma/função em processo de gramaticalização para evidenciar a trajetória. Qual o critério para o estabelecimento da trajetória? A ocorrência ou a recorrência? Uma ocorrência de uma dada função não significa que aquela função existe/existia e a frequência de uso deve ser adotada como critério definidor de função. Assumindo o pressuposto da frequência como critério definidor de função e caracterizador de gramaticalização/processo, é preciso especificar/delimitar como obter essa frequência. Para tanto, as considerações de Nevalainen (2004) sobre a perspectiva da linguística de *corpus* e da sociolinguística nos estudos de processos de gramaticalização são muito úteis. No primeiro volume de *Principles of linguistic change*, Labov (1994, p. 1) arrola a gramaticalização como um dos temas a ser tratado no volume 3, destinado aos fatores cognitivos: o efeito da mudança na compreensão dentro e além dos dialetos; a aquisição e transmissão das regras variáveis; os princípios de mudança sintática e gramaticalização; as formas das regras variáveis e o seu lugar na gramática. Porém, na introdução do volume 2, Labov (2001, p: xiv) reformula a proposta de trabalho para os fatores cognitivos atuantes/desencadeadores da mudança linguística e elimina a referência à gramaticalização, o que se mantém no volume 3 (LABOV, 2007).

Apesar das críticas, reformulações e dos pontos em aberto, o paradigma funcional da gramaticalização vem se consolidando como um modelo teórico forte e produtivo para abordar a inovação na língua, dispensando atenção aos contraexemplos na tentativa de enquadrá-los no modelo e

buscando as motivações exteriores para as mudanças internas. A sugestão de Janda (2001), de buscar motivações sociolinguísticas para a gramaticalização, também tem sido incluída nas investigações.

EMERGENCE AND INNOVATION IN LANGUAGE: EXPLORING THE FUNCTIONAL PARADIGM OF GRAMMATICALIZATION

ABSTRACT:

Functional paradigm of grammaticalization (grammaticalization theory) is a perspective in the linguistics studies which analyses the process in which items become more grammatical in the time. As paradigm, grammaticalization treats of how the forms and grammatical constructions appear, how are the forms used and how model the language. Studies of this nature won space in the linguistic literature in the 1970's, exploding in the 1990's. In this text, the concepts of grammaticalization are presented in the perspective of the functional paradigm of the grammaticalization, are discussed the critics at concepts and yours replies, and are analyzed some possible directions for the studies.

KEYWORDS: Emergence. Functional paradigm. Grammar. Grammaticalization. Innovation.

Referências

BYBEE, Joan; HOPPER, Paul. (Ed.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2000.

BYBEE, Joan. Cognitive processes in grammaticalization. In: TOMASELLO, Michael (Ed.). *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2003a. p. 145-167.

_____. Mechanism of change in grammaticization: the role of frequency In: JOSEPH, Brian; JANDA, J. (Ed.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003b. p. 602-623.

FISCHER Olga; ROSENBACH, Anette. Introduction. In: FISCHER, Olga; ROSENBACH, Anette; STEIN, Dieter (Ed.). *Pathways of change*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2000. p. 1-37.

FREITAG, Raquel Meister. *Gramaticalização e variação de acho (que) e parece (que) na fala de Florianópolis*. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. Disponível em: <<http://150.162.90.250/teses/PLLG0275.pdf>>. Acesso em: 12/11/2009.

GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1995.

_____. *Syntax: an introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001. v. 1 e 2.

_____. *Bio-linguistics – the Santa Barbara lectures*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2002.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HOPPER, Paul. Emergent grammar. *Berkeley Linguistics Society*, n. 13, p. 139-157, 1987.

- _____; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- _____. On some principles in the grammaticalization. In: TRAUGOTT, Elizabeth; HEINE, Bernd (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins Company, 1991. v. 1. p. 17-35.
- JANDA, Richard. Beyond “pathways” and “unidirectionality”: on the discontinuity of language transmission and the counterability of grammaticalization. *Language Sciences*, n. 23, p. 265-340, 2001.
- LABOV, William. *Locating language in time and space*. New York: Academic Press, 1980.
- _____. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.
- _____. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.
- _____. *Principles of linguistic change: cognitive factors*. Oxford: Blackwell, 2007.
- LASS, Roger. Remarks on (uni)directionality. In: FISCHER, Olga; ROSENBACH, Anette, STEIN, Dieter (Ed.). *Pathways of change*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2000. p. 207–227.
- LEHMANN, Christian. *Thoughts on grammaticalization*. 2. ed. Erfurt: Arbeitspapiere des Seminars für Sprachwissenschaft der Universität Erfurt, 2002. [1982].
- MAIR, Christian. Corpus linguistics and grammaticalization theory: Statistics, frequencies, and beyond. In: LINDQUIST, Hans; MAIR, Christian (Ed.). *Corpus approaches to grammaticalization in English*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2004. p. 121–150.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- MEILLET, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. 6. ed. Paris: Librairie Honoré Champion Éditeur, 1965. [1912].
- NEVALAINEN, Terttu. Three perspectives on grammaticalization: Lexico-grammar, corpora and historical sociolinguistics. In: LINDQUIST, Hans; MAIR, Christian (Ed.). *Corpus approaches to grammaticalization in English*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2004. p. 1-31.
- NEVES, Maria Helena Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NEWMeyer, Frederick. Deconstructing grammaticalization. *Language Sciences*, n. 23, p. 187-229, 2001.
- ROBERTS, Ian; ROUSSOU, Anna. *Syntactic change: a minimalist approach to grammaticalization*. Cambridge: Cambridge Press, 2003.
- RONCARATI, Claudia Nívea. Domínios referenciais e a hipótese da trajetória universal. In: _____. ABRAÇADO, Jussara (Org.). *Português brasileiro – contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 144-159.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.
- TAVARES, Maria Alice. *A gramaticalização de E, AÍ, DAÍ, e ENTÃO: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo*

sociofuncionalista. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd. *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins Company, 1991.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Legitimate counterexamples to unidirectionality*. Artigo apresentado na Freiburg University, 17/10/2001. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/~traugott/ect-paperonline.html>>. Acesso em: 21/12/2009.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006. [1968]

WISCHER, Ilse. Grammaticalization versus lexicalization: “Methinks” there is some confusion. In: FISCHER, Olga; ROSENBACH, Anette; STEIN, Dieter (Ed.). *Pathways of change*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2000. p. 355–370.

Recebido em 28/01/2010
Aprovado em 07/05/2010